

Oposição esperneia, mas veto de Roriz à Estrutural será mantido

Oposição precisa de 13 votos para derrubar veto, mas só tem seis. Com isso, criação de espaço para moradores históricos é descartada

Muda o governo, renovam-se 50% da Câmara Legislativa do DF e a polêmica histórica permanece: o problema do assentamento das famílias da invasão da Estrutural voltou a fazer barulho, ontem, entre os deputados distritais. Prevista na ordem do dia a apreciação do veto total do governador Joaquim Roriz ao projeto de lei complementar nº 329/97 - que pretendia criar um centro de habitação onde os moradores "históricos" da estrutural (258 famílias) seriam assentados -, a votação, recheada de discursos inflamados, acabou adiada por falta de quórum. O bate-boca principal foi entre os deputados João de Deus (PDT) e Daniel Marques (PMDB). Pura encenação, porque depois os deputados saíram rindo de seus próprios gritos na tribuna.

Após várias tentativas do último governo de remover os invasores da Estrutural, quando houve choques entre a polícia e a população local, uma das bases da campanha política do governador Joaquim Roriz foi o assentamento das famílias que chegaram há mais de 20 anos no local. Com a possibilidade de fixação dos invasores, a população de 258 famílias multiplicou-se para quatro mil pessoas.

Apesar do comprometimento do atual governo em não remover os invasores da Estrutural, o governador Roriz vetou o projeto (aprovado a cerca de dois meses pela Câmara) que criou o Setor Complementar Misto de Indústria e Abastecimento (SCIA), na área compreendida entre a Estrada Parque Ceilândia, a rodovia DF 097, e



Governistas e oposição: sem acordo no veto ao projeto que assenta moradores da Estrutural



Daniel Marques e João de Deus: discursos inflamados e bate-boca, mas apenas encenação

o Córrego Cabeceira do Valo, da Região Administrativa do Guará. A área seria destinada à instalação de um centro para a instalação de indústrias e comércio (80%) e para a habitação (20%), onde as famílias que habitam há mais de 20 anos na Estrutural seriam assentadas.

Para derrubar o veto, a oposição precisa de 13 votos, mas só tem

seis (dos cinco auto-intitulados independentes, dois votam com a oposição e três com o governo). Missão impossível, porque a bancada do governo conta com 14 deputados. Mas as negociações permanecem e a votação, que decidirá a manutenção ou não do veto, poderá ocorrer na sessão de hoje. A bancada governista briga pela

manutenção do veto e defende a implantação do Projeto Cingapura que, por meio de recursos da Caixa Econômica Federal, construiria apartamentos, em local ainda não estipulado, para atender os habitantes da Estrutural.

PATRÍCIA MOTA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA